



Jubileu da Misericórdia: da promulgação à recepção

Recebido: 28/09/2016. Aprovado: 25/10/2016.

*Abimael Francisco do Nascimento**
*Reuberson Rodrigues Ferreira***

Resumo: *O presente artigo reflete sobre o Jubileu da Misericórdia e a sua recepção. Ele é uma iniciativa audaciosa do Papa Francisco, que não pode ficar circunscrita à esfera da propaganda ou publicidade. Antes deve haver uma concreta penetração de seus postulados nas estruturas da Igreja. Apresenta-se o paradigma da teologia da recepção com viés capaz de, no futuro, medir o impacto dessa ação. Do mesmo modo, apresenta-se essa teoria e seus passos, como caminho a ser trilhado para que a misericórdia seja uma ação intrínseca à vida da Igreja.*

Palavras-chaves: *Jubileu da Misericórdia. Promulgação. Recepção. Igreja. Ação.*

Abstract: *This article reflects on the Jubilee of Mercy and its reception. It is a bold initiative of Pope Francis that cannot be confined to the sphere of promulgation or advertising. Instead, there should be a concrete penetration of its postulates in Church structures. The article shows the reception theology paradigm as a way of measuring in the future the impact of this action. Similarly, it presents this theory and its steps as a way to follow so that mercy be an intrinsic action of the Church's life.*

Keywords: *Jubilee of Mercy. Promulgation. Reception. Church. Action.*

* Mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Especialista em Filosofia pela Universidade Estácio de Sá e em Psicopedagogia pela Unicidade.

** Mestrando em Teologia pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Teologia da PUC-SP. Pós-graduado em Teologia, História e Cultura Judaica pelo Centro Cristão de Estudos Judaicos (CCEJ – SP). Graduado em Teologia pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção (SP) e em Filosofia pelo Instituto de Estudos Superiores do Maranhão (IESMA – MA).



Introdução

Cartazes, faixas e banners multiplicaram-se em muitas comunidades sobre o Ano da Misericórdia. Cartilhas populares, artigos científicos ou obras de referências foram publicadas em quantidades superlativas. O hino do Ano Jubilar ou outras canções que evocam a misericórdia foram amplamente entoadas de forma ordinária em igrejas e assembleias. Simpósios ou congressos teológicos foram organizados e realizados sobre as dimensões da misericórdia. Em síntese, até agora, já divulgou-se, ensinou-se, celebrou-se e refletiu-se sobre a misericórdia em profusão ao longo do ano que a ela foi dedicado.

Como programado, já se contempla no horizonte o encerramento do ano Jubilar em 20 de novembro, festa de Cristo Rei. A intenção que se almeja, doravante, é que aquilo que o Papa Francisco, citando São João XXIII, propôs com este ano à Igreja, ser mais dada ao “remédio da misericórdia que ao rigor da severidade” (MV, 4), se perpetue nas ações concretas dos agentes de pastoral, das autoridades eclesiais e de todos os homens e mulheres de boa vontade. Por isso, urge uma reflexão que faça todos passarem de uma mentalidade propagandista à ideia e à prática de recepção. Esta última, entendida como uma categoria teológica dentro do espírito eclesial.

Nesse sentido, é oportuno refletir sobre os desdobramentos necessários para que se consuma um ideário de efetiva recepção dos postulados da misericórdia na prática ordinária da pastoral da Igreja. Mais ainda, “para que essa verdade possa se tornar, no espírito dos fiéis, uma determinação que não deram a si mesmos, mas passaram a reconhecê-la como uma regra que convém à sua vida” (cf. CONGAR, 1972). Que ela seja, efetivamente assumida pelo corpo eclesial, convertendo-se numa prática intrínseca ao seu agir.

Nesse sentido, o presente artigo visa estimular uma reflexão sobre a recepção do Ano da Misericórdia nos próximos anos. Quer-se lançar luzes para que o encerramento em 20 de novembro de 2016, com a clausura da Porta Santa, na Basílica Vaticana, não extinga a vivência da misericórdia nas fileiras da Igreja. Em termos metodológicos, estudar-se-á o percurso simbólico do ano da misericórdia. De igual modo, apresentar-se-á o conceito de “teologia da recepção” como paradigma para instigar à perenidade desse ano no universo eclesial.



1 Ano da Misericórdia: um itinerário rico de simbolismo

O Ano da Misericórdia, da gestação à sua abertura, realização e encerramento, cumpriu um longo processo. Sua consumação e desenvolvimento foram marcados por inúmeros atos, eventos e encontros que plastificaram a tônica do que ele queria significar para Igreja e para a sociedade. Um conglomerado de atividades foram desenvolvidas, gerando no bojo do Ano Jubilar ações ao mesmo tempo pontuais e simbólicas.

Em agosto de 2014, o Papa Francisco, numa série de catequeses sobre a Igreja, refletiu sobre ela como lugar de misericórdia. Nesse pronunciamento, percebe-se, que o Pontífice já delineava aquilo que mais tarde seria anunciado como proposta de um Ano da Misericórdia. Assim afirmou:

O essencial do Evangelho é a misericórdia. Deus enviou o seu Filho, Deus se fez homem para nos salvar, isto é, para nos dar a sua misericórdia. Jesus diz isso claramente, resumindo o seu ensinamento para os discípulos: “Sede misericordiosos, como o vosso Pai é misericordioso” (Lc 6, 36). Pode existir um cristão que não seja misericordioso? Não. O cristão necessariamente deve ser misericordioso, porque isto é o centro do Evangelho. E fiel a este ensinamento, a Igreja só pode repetir a mesma coisa aos seus filhos: “Sede misericordiosos”, como o é o Pai, e como o foi Jesus (FRANCISCO, 2014).

No ano seguinte, exatamente no segundo aniversário de sua eleição à cátedra de Pedro, numa celebração penitencial da Sexta-feira Santa, o Bispo de Roma anunciou seu desejo de tornar mais evidente a missão da Igreja em ser testemunha da misericórdia. Por isso, diz: “Decidi proclamar um Jubileu Extraordinário que tenha no seu centro a misericórdia de Deus. Será um Ano Santo da Misericórdia” (FRANCISCO, 2015a). Na mesma linha, anunciou que o ano seria vivido na Igreja de Roma e do mundo inteiro à luz da Palavra de Deus, particularmente do texto de Lucas: *Sede misericordiosos como o Pai* (cf. Lc 6,36). Coube ao Pontifício Conselho para a Promoção da Nova Evangelização a organização desse jubileu.

Pouco menos de um mês após esse anúncio, em abril de 2015, veio à luz a Bula *Misericordiae Vultus*. Nela estavam expostas as razões, as motivações e as intenções de Francisco com o Ano da Misericórdia. Suas razões eram de caráter eclesiológico, pastoral e espiritual. Guiava-se pela certeza de que este ano Jubilar é um momento de fixar o olhar na



misericórdia de Deus, ser sinal eficaz do agir do Pai, a fim de se tornar mais forte o testemunho dos crentes (cf. MV, 2). De igual modo, deve ser proposto como critério de renovação e de credibilidade para a Igreja: “A sua linguagem e os seus gestos, para penetrarem no coração das pessoas e desafiar-las a encontrar novamente a estrada para regressar ao Pai, devem irradiar misericórdia” (MV, 12). Na mesma Bula, tornou-se explícito o calendário mínimo de atividades jubilares, como o início e o encerramento, em dezembro de 2015 e em novembro de 2016, respectivamente.

Em dezembro de 2015, em Roma e em todas as outras dioceses do mundo, abriram-se portas santas em diversas catedrais e santuários. Simbolicamente, Francisco, em novembro do mesmo ano, durante sua visita ao continente africano, na catedral de Bangui, antecipou a abertura do Ano Santo. Ele o fez desde um lugar simples, considerado periferia do mundo, pela primeira vez fora de Roma, atestando que a misericórdia é, primeiramente, para os frágeis e empobrecidos. Nas palavras do Pontífice:

Hoje, Bangui torna-se a capital espiritual do mundo. O Ano Santo da Misericórdia chega adiantado a esta terra; uma terra que sofre, há diversos anos, a guerra e o ódio, a incompreensão, a falta de paz. Mas, simbolizados nesta terra sofredora, estão também todos os países que estão passando através da cruz da guerra. Bangui torna-se a capital espiritual da súplica pela misericórdia do Pai. Todos nós pedimos paz, misericórdia, reconciliação, perdão, amor... para Bangui, para toda a República Centro-Africana, para o mundo inteiro. Para os países que sofrem a guerra, peçamos a paz; todos juntos, peçamos amor e paz. Todos juntos: “Doyé Siriri!”; “Doyé Siriri!” E, com esta oração, começamos o Ano Santo, hoje, aqui nesta capital espiritual do mundo! (FRANCISCO, 2015b)

No calendário seguinte, proposto pelo Pontifício Conselho para a Promoção da Nova Evangelização, houve atividades que se chamaram de “jubileus específicos”. Em datas simbólicas em Roma e em várias partes do mundo, Francisco reuniu-se com grupos particulares para celebrar o mistério da misericórdia. Assim o fez com os religiosos, os sacerdotes, os diáconos, os doentes, os deficientes, os presos e a juventude. Também, canonizou Madre Tereza de Calcutá, signo do serviço aos que mais precisam da misericórdia. Solicitou a transladação para Roma das relíquias de São Pio de Pietrelcina e de São Leopoldo Mandic, dois grandes santos reconhecidos como grandes exemplos de misericórdia vivida.



Para além da programação oficial, o Bispo de Roma fez entrar em vigência o *Motu próprio*, ‘*Mitis Iudex Dominus Iesus*’ (Senhor Jesus, juiz clemente) e ‘*Mitis et misericors Iesus*’ (Jesus, manso e misericordioso), que alteraram o processo de nulidade matrimonial, como um gesto de misericórdia para com inúmeras pessoas que reclamam, por justas razões, a nulidade matrimonial. Nesse mesmo espírito, Francisco publicou a exortação Apostólica *Amoris Laetitia*, alentando uma visão mais misericordiosa sobre a família e suas vicissitudes na sociedade atual. Num plano menor, porém tão simbólico quanto outros atos, Francisco acolheu refugiados, visitou prostitutas, solidarizou-se com vítimas de terremoto, lamentou e repudiou veementemente atentados que ocorreram em países da Europa.

Nesse espírito, pode-se dizer que a abertura das portas santas, jubileus específicos e outros gestos são elementos que deram forma ao corpo do Ano da Misericórdia. Interpretados, facultam uma polissemia de elementos que ajudam a descobrir o que Francisco, inspirado pelo Espírito Santo, deseja para a Igreja. Trata-se de uma legítima inspiração que visa tornar mais eloquente o testemunho da comunidade de fé em meio à sociedade contemporânea.

Ao propor a abertura de portas santas, em Roma e no mundo inteiro, a intenção de Francisco foi aproximar o máximo possível do horizonte comum das pessoas a vivência da misericórdia. Trata-se do perdão estendido a todos, da misericórdia dirigida aos mais ínfimos círculos humanos. De outro lado, a abertura dessas portas nas catedrais das dioceses, sinais de unidade eclesial, explicita o mais profundo espírito de colegialidade e de corresponsabilidade que o papa propõe às Igrejas Particulares (cf. EG, 30). Em outras palavras, o episcopado inteiro, responsável colegialmente pela Igreja Universal, é também artífice *in loco* da ação misericordiosa da Igreja. No caso específico das Igrejas do Brasil, salvo engano, houve demasiado acento nas indulgências e passagem pelas portas, sem um correlato compromisso com a caridade. Com o risco de criar, em alguns fiéis, um espírito mágico sem o efetivo compromisso com a misericórdia concreta.

Os jubileus específicos, como apontados no calendário oficial, atingiram muitas esferas da Igreja, tanto *ad intra* como *ad extra*. Preocupou-se, sobretudo, em visibilizar aqueles que a sociedade e o sistema neoliberal, rechaçado pelo Papa (EG, 53-56), rejeitam, excluem, descartam e buscam eliminar. Francisco, portanto, olha para a Igreja e



para a sociedade a partir dos que elas rejeitam, mas que são os que mais precisam de atenção. Com essa atitude simbólica, atesta que eles são os primeiros destinatários da misericórdia do Senhor. Os agentes eclesiais e a sociedade em geral, por sua vez, deveriam ser os primeiros responsáveis por tal ação. Em outras palavras, reconhecer-se ‘misericordiadados’ para oferecer misericórdia, num neologismo típico de Francisco, dito aos sacerdotes.

Por fim, a clausura da Porta Santa dá-se-á na solenidade de Cristo Rei do Universo. Data importante do ponto de vista litúrgico, e mistagógico para esse contexto. Em Cristo, Rei do Universo, celebra-se o desejo de que o Reino de Deus, que Cristo veio anunciar ao mundo, se realize e que os fiéis se comprometam com a construção desse Reino, como testemunha a prece eucológica da solenidade de Cristo Rei, segundo o Missal Romano. Assim, o Reino de Deus, pela prática e ação da Igreja, principia-se e universaliza-se pela vivência do reino da misericórdia, mesmo depois do Ano Jubilar.

Grosso modo, o Ano Jubilar Extraordinário da Misericórdia foi pleno de atos e ações simbólicas com incidência direta na vida e na história da Igreja e da sociedade. Assim, para que não seja apenas mais um evento eclesial, deve-se preparar as comunidades para uma recepção afetiva e efetiva desse ano, no período posterior a ele. Deve-se migrar da propaganda à recepção.

2 Ano da Misericórdia: da propaganda à recepção

O conceito de “recepção” enquanto categoria teológica é um fato relativamente novo na reflexão da Igreja. Entretanto, sua prática é vivida desde as origens mais remotas dessa mesma instituição. Aquilo que a Igreja é, crê e vive, resulta da recepção dos postulados de fé a ela outorgados. A fé, portanto, bem mais que um exercício de escuta – *fides ex auditu*, cf. Rm 10,17 – é uma ação de recepção, uma acolhida da mensagem apresentada, no caso, a mensagem redentora e salvadora de Deus.

O jesuíta Aloys Grillmeier (1910-1998), mais tarde elevado ao cardinalato por São João Paulo II, foi um dos primeiros, na história recente, a usar a categoria teológica da recepção (OTADUY, Javier, 1997 p. 9). Sua pioneira pesquisa partiu do esquema metodológico organizado pelo jurista e historiador do direito Franz Wiecker (1908-1994), que estudava a recepção do direito romano na jurisprudência alemã. Tomando



de empréstimo esse estudo, o jesuíta Grillmeier introduziu na ciência teológica esse conceito. Para ele, “recepção” é um conceito que exige certa exogeneidade para ser entendido como tal. Em outras palavras, uma norma ou uma regra eclesial é realmente “recebida” quando, emanada por um corpo alheio a si mesma, é recebida como regra sua (OTADUY, 1997 p. 9). A título de exemplo, quando uma decisão sinodal do Ocidente é acolhida em uma igreja do Oriente, aí resulta uma recepção. Portanto, para o jesuíta alemão a recepção só é consolidada se a norma for extrínseca à instituição, mas acatada por ela.

Conquanto a noção de Grillmeier seja pertinente, o dominicano Yves Congar foi consagrado na história como “pai” da teologia da “recepção”, por tê-la aprofundado e ampliado (VIEIRA, 2014. p. 64). Ele deu um novo enfoque, um novo acento, menos exógeno e mais eclesial, a essa tese. Para Congar, recepção não precisa necessariamente ser uma norma dada fora da estrutura da Igreja Una, mas uma regra acolhida de forma voluntária e deliberada pela comunidade, como válida para sua vida (cf. CONGAR, 1972). Para explicitar sua tese, ele argumenta que as decisões dos primeiros concílios não foram de imediato acolhidas, mas ao longo da história acabaram sendo recebidas como válidas para o corpo eclesial, isto é, acatadas. A novidade desse estudo, portanto, está em converter a recepção em uma realidade eclesial. Um aspecto *interna corpus* da teologia e de toda a realidade eclesial.

Nos anos posteriores à reflexão de Congar e de Grillmeier, a teologia da recepção foi agudizada. Segundo Otaduy (1997, p. 11ss), a década de 1980 difundiu essa categoria teológica, sob o impulso do ecumenismo e dos estudos do Vaticano II, vinte anos após sua celebração. O período seguinte, conforme o mesmo autor, foi de sistematização da temática, definindo os princípios fundamentais dessa teoria (OTADUY, 1997, p. 16).

“Recepção” é, grosso modo, o processo de aceitação de verdades da fé ou de regras eclesiais. Não se refere, contudo, à aceitação de normas ou sanções oficiadas por outros organismos e impingidas às igrejas locais de forma intransigente (cf. PINHO, 1994, p. 26). Antes, é uma realidade eminentemente ativa onde cada sujeito, dentro de um processo de participação, acolhe uma norma, que não deu a si, convertendo-a em sua regra de ação e de vida (cf. CONGAR, 1972). Trata-se de uma determinação, talvez extemporânea, acolhida como uma regra que convém à instituição e a si mesmo.



Alguns elementos caracterizam mais explicitamente a teologia da recepção. Primeiro, a existência de fiéis que acedam a um determinado dogma pela fé, no caso, a revelação de Deus. Segundo, fiéis que tenham acolhido a fé e a assumem num movimento de comunhão eclesial. Terceiro, a tradição entendida como processo de atualização daquilo que já fora revelado, mas que precisa ser novamente recebido. Por fim, a ação do Espírito Santo, que move a vida e a fé da Igreja (cf. VIEIRA, 2014, p. 68-79), fomenta a recepção.

Nesse sentido, entende-se a proposta da recepção do Ano da Misericórdia, sugerido pelo Papa Francisco e vivido com intensidade pelos fiéis do mundo inteiro, ora sob o aspecto da curiosidade, ora sob impulso da coletividade. Para migrá-lo da propaganda ou publicização para uma efetiva recepção, no sentido que se apresentou acima, deve ainda trilhar alguns passos. Da existência dos fiéis, passando pela comunhão e pela tradição, e finalizando com a ação do Espírito, pode-se inferir alguns elementos que ajudariam a transformar uma regra externa em algo interno, inerente à vida da Igreja.

Do ponto de vista da recepção, os fiéis, que aderem à fé no Resuscitado, creem na misericórdia de Deus. De igual modo, eles acedem à comunhão eclesial, pois partilham da mesma fé da Igreja. No aspecto da tradição, está a chave de análise do que aqui se propõe. De fato, em Jesus Cristo revela-se o rosto misericordioso do Pai, pois ele mesmo é assim, misericordioso (MV, 1.6). Essa verdade de fé já foi recepcionada, assumida como regra de vida para a instituição.

Quando o Papa Francisco repropõe esse vetor como capaz de emprestar maior força à missão da Igreja (MV, 3), ele está relançando uma tradição, uma verdade já revelada, considerando que ela deve ser acolhida de forma mais profunda por aqueles que, na comunhão da Igreja, professam a mesma fé. O Ano da Misericórdia, portanto, dentro da tradição da Igreja, quer recepcionar, de forma profunda e densa, o princípio da misericórdia. Ao Espírito Santo, que rege e age permanentemente na Igreja, cabe inspirar essa recepção, para que seja continuamente significativa.

Convém ainda dizer que a teologia da recepção traz sobre si a tarefa da historicidade, para ser verificada e ou confirmada. De igual modo, não prescinde das vicissitudes eclesiais e da consciência sócio-político-cultural que a envolve. Em outras palavras, a teologia da recepção pressupõe um desenrolar histórico e considera, ao mesmo tempo, tanto a estrutura da Igreja como o seu contexto (cf. VIEIRA, 2014, p.



59). Assim, para que a proposta de Francisco seja consumada, passos históricos ainda precisam ser dados: ela não se imporá simplesmente por ter sido anunciada. Ela necessita de um lastro, que se apresentará só nos anos subsequentes.

De igual modo, aos fiéis, a comunidade de fé – hierarquia e leigos – que escutaram falar profusamente da misericórdia, cabe assimilar o conceito buscando vivê-lo, “recebendo-o” concretamente. Será um exercício contínuo de optar por uma norma que não foi dada a si mesmos, mas que, recebida, deve ser posta em prática.

A estrutura e o contexto eclesial, necessários no processo de recepção, parecem concorrer para essa finalidade. Com Francisco, o ideal é que a Igreja esteja em perene estado de missão, “em saída” (cf. EG, 20-24), em diálogo com a sociedade (cf. EG, 177), mais disposta ao remédio da misericórdia que ao rigor da severidade. Esses elementos, quiçá, favorecem (não consomem) o despontar de um corpo eclesial dado à misericórdia. É uma comunidade de fé, capaz de reconhecer em si mesma e em seus ministros a necessidade de constantes atos de misericórdia.

Portanto, a recepção do Ano da Misericórdia só poderá ser aqui-latada com eficácia no decorrer do tempo. As condições, contudo, estão postas. Cabe à comunidade de fé, crente no mistério do Cristo misericordioso, receber de modo atualizado aquilo que já foi proclamado no sacrifício da cruz. Acolher em sua prática ordinária e cotidiana a preocupação com os frágeis, empobrecidos. Reconhecer que ela mesma, em seu bojo, por sua história e por suas opções, é necessitada, em seus ministros e em sua estrutura, da eloquente ação misericordiosa de Deus.

Conclusão

À guisa de conclusão, convém dizer que o Ano da Misericórdia foi, parafraseando, São João XXIII, uma inesperada flor de primavera, semeada com destemor e coragem pelo Papa Francisco. Gestos e atividades simbólicas envolveram todo o Ano Jubilar. Foram indicadores de propósitos muito mais amplos do que eles mesmos significavam. Apontavam a fisionomia concreta, prática, palpável, dos destinatários da misericórdia.

Um imperativo decorrente dessa iniciativa é efetivar os postulados deste ano na prática ordinária da Igreja, recebê-los como uma regra válida para a vida cotidiana. Como pressuposto teórico desse processo, sugeriu-



-se a teologia da recepção. Ela que se apresenta, na definição de Congar, como a capacidade que um corpo eclesial tem de impor a si mesmo uma norma que lhe foi proposta. Não como uma submissão – *secundum sub et supra* – mas como adesão concreta e deliberada.

Sabe-se, como foi explicitado, que a teologia da recepção traz sobre si a tarefa da historicidade a ser verificada e ou confirmada, demanda lastro histórico para se avaliar como os postulados emanados foram acolhidos. Assim, os critérios que retrospectivamente serão usados para observar se a misericórdia foi acolhida na realidade eclesial, podem também ser a bússola que orientará os que vivem o tempo presente na consumação da vivência da misericórdia. Cabe, contudo, ao Espírito, guiar esses passos, e à estrutura eclesial favorecer o que impulsiona os atores eclesiais a exigirem de si mesmos a vivência concreta da misericórdia.

Nesse aspecto, cabe à “Igreja deste tempo” recepcionar essa norma, fazer dela cada vez mais uma regra útil à sua ação. Reconhecer-se, sem soberba, necessitada de misericórdia, tanto em seus ministros como em suas estruturas, acolhendo-a na prática concreta da Igreja, e executando o serviço à misericórdia quer nos sacramentos, quer no trato com os empobrecidos.

Espera-se, por fim, que a opção pela misericórdia, quer entre os fiéis, quer na hierarquia, seja cada vez mais amplamente acolhida. Que ela corporifique um testemunho eficaz e crível da missão da Igreja em nossa sociedade contemporânea.

Referências bibliográficas

FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. São Paulo: Paulus/Loyola. 2013.

_____. *Misericordiae Vultus*: Bula de Proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia. São Paulo: Paulus/Loyola. 2015.

CONGAR, Yves. A recepção como realidade eclesiológica. *Concilium*, 1972, p. 886-907.

OTADUY, Javier. Discernir la recepción. Las acepciones del concepto y su relieve en el derecho. *Fidelium Iura*, 1997, nº 7, p. 179-243.

PINHO, José Eduardo B. *A recepção como realidade eclesial e tarefa ecumênica*. Lisboa: Didaskalia. 1994.



VIEIRA, Fábio. *O Concílio no sertão: As transformações no catolicismo no norte de Minas a partir do Vaticano II*. 2. ed. Montes Claros: Editora Unimontes, 2014.

Sites

FRANCISCO. *Catequese dia 10 de agosto de 2015*. Disponível em: <<http://papa.cancaonova.com/catequese-com-o-papa-francisco-sobre-misericordia-100914>>. Acesso em 29 ago. 2016 (18hs52).

_____. *Celebração da penitência: rito para a reconciliação de penitentes com a confissão e a absolvição individual*. Basilica Vaticana, Sexta-feira, 13 de Março de 2015. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2015/documents/papa-francesco_20150313_omelia-liturgia-penitenziale.html>. Acesso em: 30 ago. 2016.

_____. *Abertura da Porta Santa da Catedral de Bangui*: Catedral de Bangui (República Centro-Africana), 29.11.2015. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2015/documents/papa-francesco_20151129_repcentrafricana-omelia-cattedrale-bangui.html>. Acesso em: 30 ago. 2016.

CONGAR, Yves. *La recepción como realidad eclesiológica*. Disponível em: <<http://servicioskoinonia.org/relat/322.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

E-mail dos autores:

abimael.nascimento@yahoo.com.br

reubersonferreira@yahoo.com.br